



REVISTA TERCEIRO INCLUÍDO

ISSN 2237-079X

Transdisciplinaridade e Temas Contemporâneos

V. 09 - 2019

BARROS, Eduardo Portanova; BARROS Jr, Roldão Alves de
O trabalho possível: uma reflexão sobre o “afetual” e a autoria do iniciante no fazer
jornalístico
pp. 119-129
DOI: 10.5216/teri.v9i1.62086

O TRABALHO POSSÍVEL: UMA REFLEXÃO SOBRE O “AFETUAL” E A AUTORIA DO INICIANTE NO FAZER JORNALÍSTICO

POSSIBLE WORK: A REFLECTION ON THE “AFFECTIVE” AND THE AUTHORSHIP OF THE BEGINNER IN JOURNALISTIC PRACTICE

Dr. Eduardo Portanova Barros¹

Roldão Alves de Barros Junior²

RESUMO: Procuramos neste artigo tratar da possibilidade de um trabalho do iniciante na prática jornalística no que concerne ao traço “afetual”. Consideramos que, no Jornalismo, o início de carreira ganha ainda mais relevância porque o chamado “foca” cria nessa fase expectativas que, depois, podem se revelar positivas (ou não) e passam a ser incorporadas na sua ética própria (autoria), para o melhor e o pior. O conflito para o “foca” se dá pelo fato de que enquanto hoje a sociedade constrói relações fluidas e dinâmicas, o Jornalismo (majestático) ainda se propõe, em tese, a atuar com objetividade absoluta. Veremos isso do ponto de vista de uma Metodologia da Totalidade, em Morin, que propõe uma aproximação entre sujeito e objeto. Conclui-se que é necessária uma construção de subjetividades do jornalista iniciante como sujeito ativo, e não passivo, dentro de um espírito do tempo complexo.

Palavras-chaves: Comunicação. Jornalismo. Pós-modernidade. Edgar Morin. Comunicação. Epistemologia

ABSTRACT: We seek in this article to address the possibility of a beginner's work in journalistic practice with regard to the “affective” trait. We believe that, in Journalism, the beginning of a career gains even more relevance because the so-called “foca” creates expectations in this phase that, later, can turn out to be positive (or not) and start to be incorporated in their own ethics (authorship), for the best and the worst. The conflict for the “foca” is due to the fact that while today society builds fluid and dynamic relationships, Journalism (majestic) still proposes, in theory, to act with absolute objectivity. We will see this from the point of view of a Methodology of Totality, in Morin, which proposes an approximation between subject and object. We conclude that it is necessary to construct the subjectivities of the beginning journalist as an active and not a passive subject, within a spirit of complex time.

Keywords: Communication. Journalism. Postmodernity. Edgar Morin. Communication. Epistemology

1 Pós-doutorando (PNPD/CAPES) do PPG em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), em Foz do Iguaçu. Atua como Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (FIC/UFG). Pós-doutor pela Université de Paris V (Sorbonne) e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Fez doutorado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009), mestrado em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (2003) e bacharelado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1986), com habilitação em Jornalismo (Impresso, Radiofônico, Televisionado e Cinematográfico)

2 É mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Goiás, linha de Mídia e Cultura. Possui graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Desde 2012, é jornalista da Divisão de Comunicação Social (Dicom) da PUC Goiás

INTRODUÇÃO

Se concordarmos com Jung (2007) de que o inconsciente jamais se acha em repouso, não raro o profissional iniciante sente que ele pode dar vazão ao desejo de incorporar no seu trabalho algo de si, de sua personalidade e de sua própria consciência. No jornalismo, especificamente, essa vontade que emerge do inconsciente do “foca” se depara com um campo de ação limitado à pauta, à norma, à rotina, para o melhor e o pior. O “foca”, assim, se vê imerso em dúvidas, utopias e dilemas na sua rotina jornalística. Seu desejo pela “autoria” se choca com a realidade oposta e a noção, ainda, de que devemos incorporar no nosso trabalho um termo muito utilizado nos estudos de Marketing: **upgrade**. Quer dizer: aperfeiçoar, melhorar, avançar e modernizar. Mas essa ânsia pelo “aperfeiçoamento” não apagaria o sujeito da ação? Como se daria no trabalho jornalístico, paradoxalmente à imposição da rapidez, engendrada por uma velocidade própria da tecnologia, o exato oposto, o tempo particular do jornalista-autor?

Por que paradoxalmente? Porque, tendo em vista o excesso em produzir sempre mais e a qualquer custo, a defesa contra o produtivismo seria o “afeto”: uma contraprodução autoral. Esse oposto caracterizado pelo “afetual” funcionaria como uma espécie de compensação. Se existe a cobrança por números e desempenho, que, pelo menos, “eu” tenha alguma cota de autoria na notícia, que essa notícia emane de mim, que seja também minha (mesmo que parcialmente) e que meu próprio perfil esteja ali, mais ou menos contemplado. É disso que falamos aqui, a de uma possibilidade de autoria para o “foca”, ou seja, trazer para Si os conteúdos pessoais de que fala Jung (2007), trazer a “sua” produção jornalística a partir de um sentimento próprio de pertença: o trabalho possível. Mas, muitas vezes, desprezam-se as especificidades do “foca”. Não esqueçamos que falamos de autoria como prática orgânica, umbilical.

Queremos dizer com isso que essa relação dialética entre o “foca” e o modelo positivista do mercado de trabalho pode criar algum tipo de tensão. Sendo iniciante, esse conflito pode até ser satisfatório, desde que exerça – e é esse o nosso ponto – um trabalho possível pela prática do “afetual”. O jornalismo tem um sentido pragmático, mas também utópico. Isso porque a utopia, mesmo que projetada para o futuro, é uma possibilidade enquanto ação. Uma das abordagens sobre a relação entre o sujeito da ação e o objeto no qual incide aquele ato é, e daí se origina nossa proposta metodológica, a tese de Edgar Morin (1997) de um Método da Totalidade. Esse método, pelo qual poderíamos justificar o “afetual”, foi mencionado por Morin em um de seus livros sobre a cultura de massa, o Espírito do Tempo – Neurose (1997), termo apropriado, aliás, para nosso propósito. Veremos o porquê disso.

Neurose é, de acordo com Morin, “o meio termo entre um distúrbio da mente e a realidade” (1997, p. 7). Nosso viés, da mesma forma que o de Morin com este Espírito do Tempo-I, Neurose (1997), não é psicanalítico, mas sim quanto ao entendimento do termo nessa condição entre o real e a imaginação. Para o “foca”, portanto, o início da carreira é problemático. Além disso, ainda existem outras questões-chave nas quais, inevitavelmente, esse novato se insere: a construção da narrativa depende sempre do Outro. E, ao mesmo tempo, o jornalista, iniciante ou não, estará sempre condicionado ao meio, às leis do país em que atua, às políticas editoriais do veículo que representa, às

condições de trabalho impostas de cima para baixo, verticalmente, ao tempo etc. Inevitável. Por estar ainda em fase de construção de relacionamentos, o jornalista “foca” enfrenta uma série de dilemas éticos. Normal. Mas como agir?

JORNALISMO E MODERNIDADE

Conforme lembra *Ciro Marcondes Filho* (2002), o nascimento real e a ascensão do Jornalismo aconteceram junto com o Projeto da Modernidade (ordem e progresso), nos séculos XVIII e XIX. O Jornalismo, assim, mesmo com variáveis de ordem política, alcançou seu ápice com estratégias de cunho marcadamente positivista, distanciando-se, conseqüentemente, do emocional em sua produção. Tal modelo, crescente desde o surgimento das chamadas “comunicações de massa” ou comunicações produzidas para atingir um público grande e disperso, que foi popularizado pelo jeito americano do fazer jornalístico e pelo incremento das tecnologias de distribuição da informação mais modernas do século XX, como o rádio e a televisão, produziu ramificações em todo o mundo. Assim, criou-se uma rede de profissionais escravos da razão lidando com um emaranhado de fatos carregados de subjetividade. Essa é, precisamente, a dialética aqui.

A questão é que, no século XX, a humanidade tinha a expectativa de alcançar a objetividade por meio da narrativa jornalística, caracterizada pelo que é “real”. Já na era posterior, que alguns autores costumam entender como a pós-modernidade, trouxe consigo a constante quebra das certezas e a desconstrução permanente de identidades. A questão é trazida, entre outros, por *Stuart Hall* (2015) ao trabalhar o contraditório no cotidiano dos sujeitos (atores ou protagonistas) dessa contemporaneidade. Para Hall, os sujeitos deste tempo estão deslocados das certezas, como mencionamos acima, de forma que ficam abertos, inacabados. O que Hall propõe é a morte de um sujeito iluminista, dotado de certezas. O autor ainda destaca que, na contemporaneidade, as identidades ligadas ao discurso político e social destes “sujeitos sociológicos” já não é a do “penso, logo existo”, de Descartes, mas a “dos processos do inconsciente” (HALL, 1999, p. 36).

Como, então, neste universo em que está intimamente imerso, o “foca” irá se guiar por padrões de uma profissão positivista alicerçada nas expectativas de uma modernidade que não nos representaria mais no dia a dia, naquilo que se caracteriza enquanto vivido? Essa é uma das questões que motivaram este artigo, que busca relacionar a importância do “afetual”, conceito abordado na perspectiva de *Teixeira Coelho* (1997), em uma profissão que gera a expectativa do racional-total, ou, em outras palavras, da diminuição do domínio da emoção. Esse problema, sob uma perspectiva das mundivisões de uma sociedade, pode causar irrupções consideráveis entre uma subjetividade (aqui a do “foca”) e outra, a do mercado. Quais são, portanto, as barreiras conceituais intersubjetivas no imaginário do “foca” e na ciência como conhecimento racional dos fatos?

COMUNHÕES AFETUAIS

Esta segunda década do século XXI tem mostrado, em todo o Ocidente, revoltas por parte dos consumidores de mídia associadas aos canais tradicionais de informação, incluído o jornalismo.

Ao mesmo tempo, a crise gerada por essa questão tem trazido consequências como a diminuição do interesse pelo conteúdo jornalístico, as demissões em massa, os fechamentos de veículos midiáticos e a desestabilização com as **fake news** da credibilidade antes atribuída a esse meio. Como alternativas, surgem modelos de negócios que valorizam o afeto em sua construção, junto com a transparência na linha editorial, sua forma e até mesmo seu discurso narrativo. Além disso, notícias aparecem não só em veículos tradicionais (rádio, televisão e jornal), mas no Facebook, no LinkedIn e no Instagram. Se antes era caracterizado por seu viés informativo e analítico, hoje o jornalismo parece ter reencontrado a oportunidade de relacionar-se com o “afetual”.

Para além dos materiais de opinião, como artigos, editoriais e charges, o “afetual”, ou o gosto, que, segundo Teixeira Coelho (1997), já é reconhecido como componente vital das construções humanas e relações sociais em nosso cotidiano, passa a necessitar de mais espaço na construção do jornalismo, desconstruindo o mito positivista da verdade absoluta nesse gênero. Em um tempo aparentemente guiado pelo gosto, em que cada indivíduo resgata ou captura informações para a validação de discursos e se transforma a cada relação que estabelece, cabe questionar se uma fórmula voltada para a objetividade e para um conteúdo massificado (mas cuja realidade parece intransponível), para o “grande público”, ainda faz sentido neste jornalismo afetual. Temos aí, também, um problema de paradigma, segundo a perspectiva de Thomas Kuhn (1996).

Para Kuhn, “paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (1996, p. 13). O foco no “afetual”, porém, não é sinônimo de segmentação. Enquanto o segmento atua como um afunilamento de público, seguindo a mesma lógica de produção positivista, o “afetual”, por outro lado, segue padrões que a razão, por si só, desconhece ou não consegue alcançar. Mais que assumir um viés A ou B, o “afetual” propõe, organicamente, a mudança no fazer, no discurso, na forma, no objeto. Mas mudança em ato, porque, sendo “afetual”, uma atitude nem sempre possui uma razão clara. O “afetual”, assim, está mudando o fazer jornalístico, transformando-o em uma Comunicação do Possível ou da Possibilidade.

É inviável, sendo “afetual”, apontar com exatidão o momento exato da virada entre a busca consensual, entre a objetividade absoluta e a necessidade desse “afetual” na mídia. Faria sentido em dizer que nova lógica “afetual” ganha ainda mais espaço após o aumento, paradoxalmente, da busca por ferramentas de criação jornalística e de conteúdo a partir de Inteligência Artificial (AI)? Isso já possibilitaria, em algum ponto, que as máquinas criem textos de gênero jornalístico, mais precisamente notícias, a partir de um viés tecnicista (e positivista, portanto). A fórmula do **lead** (quem?, o quê?, onde? quando? e por quê?) não precisaria mais de intervenções humanas para ser respondida? Ou não precisamos mais respondê-la? O que resta, então? Certamente, resta um fator que somente um humano pode dar a outro: a emoção ou o afeto. Mas essa emoção, que fomenta um pensamento dialético complexo, se faz como?

Mesmo antes de a evolução tecnológica nos levar à conclusão de que as “pirâmides

3Metáfora jornalística para a ordem de importância dos aspectos informativos observáveis em uma notícia, privilegiando a amplitude da objetividade e da clareza, consideradas a base de sustentação da notícia. Por isso, inverte-se a pirâmide. O que vem depois é de menor importância e seu alcance, conseqüentemente, é menor, tanto quanto a ponta de um formato piramidal em relação à base.

invertidas”³ não serão mais executadas por nós, humanos, o jornalismo estabeleceu relações de produção “afetual”. Desde os movimentos libertários da década de 1960, que podem ser um dos marcos iniciais do que Hall (2015) chama de pós-modernidade, conhecemos o que foi chamado por Novo Jornalismo, o jornalismo literário. Mudando a forma das narrativas para um padrão com mais detalhes, cenários, enredos e, sobretudo, com mais demanda de tempo e espaço, tanto para sua produção como para sua leitura, o tratamento literário na prática jornalística ganhou espaço e credibilidade e nos deu nomes como os de Gay Talese, Lilian Ross, Truman Capote, John Reed e, no Brasil, de Edvaldo Pereira Lima, Cremilda Medina e Eliane Brum.

Agora, neste começo do século 21, no entanto, o jornalismo literário não consegue responder, sozinho, à necessidade do “afetual” nas construções midiáticas. Não que tenha pretendido algum dia ter esse papel. O fato é que entram em cena, também, as mídias alternativas e os “coletivos”, que têm se firmado na transposição do Novo Jornalismo. A nova geração traz a questão do afeto, do gosto e do emocional, já antes aceitos em longas narrativas literárias do real, e os aplica agora, também, aos textos de pouca profundidade textual. São textos curtos, em multiplataformas, não-lineares, mas capazes de grandes impactos sociais. Porém, a questão é ampla, e não seria possível, no âmbito deste artigo, estabelecer objetivamente o impacto, para o melhor ou o pior, dessa percepção de cunho empirista.

O TRABALHO POSSÍVEL

Em meio à constante tentativa de estabelecimento de padrões objetivos e dualistas, apesar destes tempos do afeto (para o melhor e o pior), o sujeito (“foca” ou “veterano”) do jornalismo se vê guiado por modelos desse jornalismo no qual atua e que talvez não sirvam nem mais como modelos. Os conteúdos são, muitas vezes, desprovidos de qualquer sentido lógico. O problema é que ainda se pensa o contrário. Mesmo não sendo especificamente informativo do ponto de vista do jornalismo clássico da “pirâmide invertida”, o jornalismo, equivocadamente, ainda se crê objetivo e não assume, claramente, o jogo dos “afetos”. Um exemplo disso é a veiculação de uma notícia não mais confinada ao âmbito do telejornalismo. Não foram poucas as vezes em que um programa de auditório como o Faustão, da Rede Globo, por exemplo, dá notícias em primeira mão.

Como agiria um jornalista novato? Qual é a possibilidade de ser autoral sem a experiência de vida de um “veterano”, mas com o ímpeto dos que possuem o tempo em seu favor? Ou o iniciante se acomoda ou bem inspira novos procedimentos. Esse ponto é o que poderíamos denominar um “entre-dois”, que consideramos análogo à noção de imaginário com que trabalha Michel Maffesoli (2018). O meio termo, também no imaginário, é o que existe entre uma subjetividade pessoal e as imposições do meio onde vivemos. Logo, o “foca” parece atuar sob esse viés, em muitos casos, do “entre” sua própria mundivisão e o trabalho possível nessa busca meio que errática pela criação. Não se sabe, ainda, a dimensão que tem tomado esse perfil nos dias de hoje. E tampouco temos a pretensão, aqui, de uma análise mais elaborada disso.

Nesse sentido, questões como o empreendedorismo e o financiamento coletivo têm se amplificado, mostrando um movimento de contraponto ao jornalismo positivista amplamente

estabelecido. O surgimento de veículos de identificação jornalística, mas que buscam estabelecer relações diretas com valores, crenças e gostos, sem deixar de lado questões caras à profissão como a credibilidade, a apuração da informação e a pluralidade são, poderíamos arriscar, a materialização desse trabalho possível. Na complexidade humana demandada nessa pós-modernidade, “modernidade tardia” ou o “entre” em que nos encontramos, passa também pelo jornalismo a busca por uma nova concepção de si, de uma produção autoral e do próprio conhecimento na linha de trabalho de um Método da Totalidade, de Morin (1997).

MÉTODO DA TOTALIDADE

Em seu Método da Totalidade ou Paradigma da Complexidade, Morin busca nos conscientizar sobre a necessidade da quebra de fronteiras entre as disciplinas fragmentadas que compõem nossa forma de gerar e obter conhecimento, ainda hoje. O processo reducionista (redução ao uno) de que fala Morin (1991) afetou também o jornalismo a partir de suas segmentações e da fragilização histórica tanto da formação profissional quanto da rotina produtiva. Também por isso não é raro observar o angustiante do “foca” que passa, em toda sua formação escolar e acadêmica, por práticas também reducionistas. O mercado exige dele uma metodologia de trabalho a partir, supostamente, de um raciocínio criativo e aberto à diversidade. Exigência, porém, que nem sempre se verifica na prática, como temos salientado sobre o ideal de transparência da mídia, e que não passa mesmo de um ideal ou uma utopia.

O que existe é uma prática, que veio acompanhada de uma teoria na formação educacional desse “foca”, alicerçada na busca pela credibilidade a partir do mito da verdade e da objetividade inalcançáveis; prática essa insatisfatória do ponto de vista autoral. O cotidiano apresenta nuanças que afetam o “foca”. O imaginário cotidiano valoriza o imaterial, a aura e o não-racional nas relações sociais. Assim, é no cotidiano, e no cotidiano do “foca”, sobretudo, que se vê – sufocado ou não – um trabalho, potencialmente, “afetual”. Maffesoli acredita em um estar-junto **societal**: “A facticidade em Heidegger, o vivido da experiência cotidiana” (2018, p. 53.). Ou seja, a vida que se cristaliza no instante mágico e afirmativo neste afeto, netas autoria do afeto. O mito prometeico (trabalhar para colher os frutos) já não assume um papel de destaque, o de um sujeito institucionalizado e racional. E na prática jornalista se daria o mesmo.

Na direção oposta, o mito dionisíaco da pós-modernidade valoriza a exacerbação dos afetos, o orgiástico e o tribalismo. Grupos se juntam com objetivos afetuais. Daí que Maffesoli (1997) buscou a metáfora, oriunda da Antropologia, do tribalismo. A tribo, uma vez constituída por pactos emocionais, pode se fechar ao exterior, àqueles que não compartilham de seus sentimentos, mas, por outro lado, é solidária entre seus integrantes. Uma das principais noções de Maffesoli para justificar essa possível mudança de paradigma, se ficarmos com a noção de paradigma de Kuhn (1996), é a de “religação”, uma forma específica e orgânica de laço social marcado pela “efervescência tribalista” (MAFFESOLI, 1997, p. 41). Para Maffesoli, a ordenação política da modernidade não é mais a mesma do racionalismo ideológico. Acontece [...] pela abstenção, astúcia, ironia, inversão carnavalesca e ainda muitas outras modulações” (MAFFESOLI, 1997, p. 99).

Maffesoli, portanto, liga a implosão do político à saturação da lógica da identidade: “O deslizamento da identidade para a identificação é uma marca da pós-modernidade” (1997, p. 126). Assim, o jornalista (“foca” ou não), vê uma cultura fluida, a cultura dissonante à ideia de uma história linear pela marcha dos oprimidos. Como dito por Hall, não é unânime a aceitação das implicações das mudanças conceituais e intelectuais do pensamento moderno, mas também não se pode negar o efeito desestabilizador causado por esses **descentramentos**. Fica claro que, através deles, o sujeito, que até então tinha uma identidade fixa e estável, agora não mais a possui, e sim várias identidades, fragmentadas, contraditórias e inacabadas. Essas mudanças na construção do sujeito na pós-modernidade trazem consigo, além da pluralidade de identidades, o que Hall chama de crise de identidades (1999).

Vattimo, por sua vez, afirma que “a essência do moderno só se torna verdadeiramente visível a partir do momento em que o mecanismo da modernidade se distancia de nós” (1996, p. 102). Acrescenta que o indício desse distanciamento é o esvaziamento do conceito de progresso. Se concordarmos com Vattimo, o esvaziamento do conceito de progresso resulta no esvaziamento, também, do conceito de política nesse sentido progressista. A política, portanto, não mais existiria como fenômeno específico, da mesma forma que a arte genuína, representativa do gênio autoral e de uma natureza aurática. Isso se dá, para muitos, por causa da era da reprodutibilidade técnica. Ora, não há mais um original, uma aura e um gênio artístico dotado de inspiração divina. O que aconteceu na arte é similar ao que ocorre na política. Este abalo na capacidade de transformação social da política se verifica no que poderíamos chamar de niilismo cotidiano.

TRAJETO ANTROPOLÓGICO

Esse cotidiano ao qual nos referimos é uma relação entre o factual e o transcendental. Uma expressão que designa melhor esse aspecto, e é disso que iremos tratar agora, é a de “trajeto antropológico” (Durand). Nesse caminho, por isso trajeto, uma “representação” pode ser modelada por um constante reverso entre duas situações: as intimações que emanam, queiramos ou não, do meio social e, ao mesmo tempo, dos imperativos pulsionais (sem tomarmos um viés psicanalítico) do sujeito. Vejamos um pouco melhor em que contexto surge a tese de Gilbert Durand, que fundamentou uma Teoria Geral do Imaginário a partir dos anos 1960. Por essa expressão, Durand, em primeiro lugar, e nisso corrobora Morin, entende um trajeto como um dinamismo entre polaridades. De um lado, pesam sobre nós imperativos históricos, as iniciativas em termos de políticas culturais, por exemplo, que buscam vários âmbitos de ação. De outro lado, não podemos ignorar tudo o que transcende a ação, como, por exemplo, o divino, o sagrado e o simbólico. Esta é a polaridade de que se fala.

O “trajeto antropológico” é, portanto, “a incessante troca que existe no nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social” (DURAND, 1997, p. 35). Um pouco mais adiante, nessa mesma passagem, Durand irá dizer que “[...] há gênese recíproca que oscila do gesto pulsional ao meio material e social e vice-

versa” (1997, p. 41). Enfatizamos aqui, é bom destacar, que Durand jamais pensa as polaridades como formas dicotômicas, radicalmente opostas. Não. Como em Morin, a questão é tratar de um antagonismo complementar. Até pode ser paradoxal, mas não isolados entre si. Foi em torno de Durand, vale lembrar, que se constituiu a chamada Escola de Grenoble (Universidade de Grenoble III), impulsionando o estudo do imaginário na França. Para, Durand, o imaginário é “fundante”, “radicado” nas ações humanas. Durand assume, para o imaginário, um caminho de teor científico, sem dúvida, mas não cartesiano (que postulava a evidência como método universal). Isto é, não conforme as leis de uma ciência dura.

Como a formação de Durand é de viés humanístico, a questão antropológica é forte no trabalho dele. Daí que Durand vê o simbolismo ligado à hominização, ou seja, que é quando os antropoides assumem, num certo momento, a postura ereta. A partir do corpo, passa a acontecer uma série de descobertas e de escolhas do ponto de vista instrumental. Esse caminho do simbolismo e da hominização, que, aliás, é tema de **2001- Uma odisséia no espaço**, de Stanley Kubrick, é o que Durand prefere chamar, como vimos, de “trajeto antropológico”. Para Durand, assim, a imagem é dada pela cultura e pela estética, cujo estudo foi desenvolvido pelo Centro de Pesquisa sobre o Imaginário (CRI, em francês), na segunda metade dos anos 1960. São organizados pelo CRI (agora ampliado para outros continentes) diversos encontros (seminários, colóquios, jornadas) com o intuito de discutir a relevância do imaginário na pesquisa dita científica. Do ponto de vista acadêmico, o interesse se volta para análises temáticas e a uma metodologia do imaginário.

O intenso intercâmbio entre o **Centre de Recherche sur l’Imaginaire** (CRI), fundado em dezembro de 1966, e outros laboratórios, além da publicação de revistas ao redor da Europa, fomentaram essas discussões em torno do imaginário. Os assuntos variam (e, atualmente, também se verifica o mesmo **approach**) desde os sistemas simbólicos até a antropologia urbana, passando, também, por temáticas como a do mito, da criatividade, da forma, do espaço e da transgressão, apenas para citar algumas delas. Durand procura, portanto, pensar em termos de polaridades, como já vimos. Logo, fatores mecânicos não se separam da imagem simbólica. O simbolismo em Durand é tanto não-arbitrário quanto não-convencional. Quando o signo perde sua arbitrariedade, remete às abstrações, sobretudo espirituais e morais. Em uma segunda etapa, no início dos anos 1980, o CRI procura ligar-se ao CNRS e outros grupos de pesquisa sobre o imaginário (um processo iniciado em 1978). Um ano depois é criado o Greco 56 (Grupo de Pesquisas Coordenadas), que passa a contar com um órgão oficial, os **Cahiers de l’Imaginaire**.

Esta breve contextualização tem por objetivo mostrar como se configura a noção de “trajeto antropológico” em Durand e sua relação com o Método da Totalidade em Morin. Constatamos, dessa forma, que a imaginação simbólica está ligada ao “trajeto antropológico” como tendo “uma função de mediação entre a captação consciente da realidade exterior [...] e a matéria-prima que emana do inconsciente” (COELHO, 1997, p. 210). Teixeira Coelho explica que, nessa operação, se desenvolve um “dinamismo prospectivo” (1997, p. 210). O resultado final, segundo Coelho, “é o equilíbrio psicossocial ou, em outras palavras, o ajustamento do indivíduo, em relação a si mesmo e no interior de um grupo” (1997, p. 210). Pergunta-se, então: quais são as linhas de força da Comunicação entre as situações objetivas do meio social e as pulsões de caráter subjetivo? Este é o

questionamento subjacente a este artigo. Podemos acrescentar a tese de “sociação” de Simmel: “É a forma do desenvolvimento conjunto em razão dos seus interesses na direção de uma unidade na qual esses interesses se realizem” (2006, p. 60).

Um dos legados que Durand deixou para os pesquisadores do imaginário foi a metodologia conhecida por *culturanálise*, a partir da observação dele de uma crise das humanidades por causa da dicotomia entre o trabalho e a vida privada. Através da *culturanálise* (o diagnóstico da situação cultural de uma determinada comunidade) seria possível compreender as motivações de atores sociais pelo mapeamento do que determinado grupo conceberia por ser a realidade, levando-se em conta dois aspectos: como este grupo constroi a realidade e qual é a imagem que esse grupo tem do mundo. Outras possibilidades, também oriundas da tradição nos estudos do imaginário, são a *mitocrítica* (em política cultural, seria um procedimento mais do que adequado para verificar a “convergência simbólica” entre os artesãos brumadenses e o modelo institucional de cultura) e a *mitanálise* (como o próprio nome o designa, uma análise do mito, tanto sob o viés sociocultural quanto o seu sentido psicológico). Ambas formam o que Durand chamou de “mitodologia” (*mythodologie*).

Trata-se da identificação, dependendo do campo de análise, de metáforas obsessivas, pessoais ou coletivas. Volta-se à noção de “trajeto antropológico” por ser a *mitocrítica* um diálogo entre o “nós” comunitário e os modos culturais com os quais estes grupos se defrontam. Durand escreveu um livro sobre sua “mitodologia” (1996). Nossa intenção neste artigo é nos situarmos apenas no que Durand entende por “trajeto antropológico” como ideia baseada em uma Filosofia das Polaridades. Durand aborda, ainda, uma lógica da “saturação” (1996, p. 27). Queremos dizer, com isso, que se percebe, a partir da pesquisa de campo, a “saturação” de um modelo de política cultural ou mercadológica (se é que existe ou existiu alguma) que parece não satisfazer os traços de caráter emocional ou intuitivo (relação primeira do Ser com a Coisa) no espírito de produção jornalística do mercado.

Perguntamo-nos, com Durand (1996), se não estamos vivenciando o fenômeno de uma passagem das civilizações de uma etapa do imaginário para outra? Abandona-se uma visão de mundo por outra. Mas não em sua integralidade. Na primeira, a do mito de Prometeu, que roubou o fogo divino para oferecê-lo à humanidade. O que Prometeu engendrou, como a ideia de um benfeitor dos homens, um contestador que ousou afrontar a autoridade divina, estaria em decadência. Nietzsche também anuncia o fim de uma era, a de uma mentalidade apolínea. Entra-se na discussão da diferença entre o projeto da modernidade e o fim das grandes narrativas como característica principal da pós-modernidade. Nietzsche e Heidegger são os pais fundadores da pós-modernidade, de acordo com Vattimo (1996). Em “O fim da modernidade” (1996), Vattimo relaciona as conclusões de Nietzsche e Heidegger sobre o fim da época moderna e a pós-modernidade, respectivamente a do “eterno retorno” e a do “ultrapassamento da metafísica”.

Na arte trágica de Nietzsche, traduzida pelo dionisíaco, o Eu se desintegra. Por ora, lembremos que a ideia do dionisíaco (ou “instinto estético”) em Nietzsche embasa a tese dele de que a experiência artística é mais importante do que a racionalidade científica apolínea (“estética racionalista”). Estes dois instintos estéticos **coexistem**. Um soma-se ao outro. “A gênese do mito

trágico reparte com a esfera artística apolínea a alegria plena da aparência e da contemplação, e, ao mesmo tempo, nega essa alegria para encontrar uma satisfação mais elevada no aniquilamento do mundo perceptível da aparência” (NIETZSCHE, 2002, p. 82). Ainda conforme Vattimo (1996), a modernidade se caracteriza pela ideia de iluminação progressiva, a partir dos vários retornos e renascimentos, da novidade e da superação.

Isso nos remete a outra noção de pós-modernidade, na concepção maffesoliana, que é a de **presenteísmo** – viver o paroxismo, aqui e agora. “O tempo se contrai no espaço. Em síntese, o que passa a predominar é realmente um **presente** que eu vivo com terceiros, num determinado lugar” (MAFFESOLI, 2004, p. 27). A pós-modernidade, essa sinergia entre o arcaísmo e o que temos de mais moderno em termos tecnológicos, que é a tese de Maffesoli para o deslizamento entre um período, o da modernidade, para outro, o da própria pós-modernidade, precisa de atualização. Daí se origina a crise na cultura. Essa crise na cultura, que pode ser o resultado da passagem da modernidade para a pós-modernidade, afeta o cotidiano de todos nós.

A fenomenologia é um dos campos de nosso estudo capaz de contextualizar, teoricamente falando, o perfil desses atores sociais pós-modernos. Tomamos a fenomenologia como “ciência de essências” (HUSSERL, 2006, p. 28). Husserl fala em dois pares de oposição: fato e essência; real e não-real. No caso da fenomenologia, o que aparece na essência é a irrealidade, porque não trata de fenômenos reais, uma vez que essas irrealidades são “fenômenos transcendentalmente reduzidos” (HUSSERL, 2006, p. 28). A “essência”, para Husserl, encontra-se no ser próprio de um indivíduo como o que ele é. O detalhe é que esse “o que ele é” pode, conforme Husserl, ser posto em ideia (ideação), que é a possibilidade, em suma, de essência. Rapidamente introduzida, a fenomenologia de Husserl, assim, será aquilo que Maffesoli irá denominar “enraizamento dinâmico”, o que quer dizer: “A experiência individual que se enraíza na experiência coletiva” (MAFFESOLI, 2007, p. 116). Trata-se, tanto em Husserl quanto em Maffesoli, de uma apreensão intuitiva de essência, o que seria de difícil compreensão para agentes públicos obnubilados pela ideia de progresso e de risco zero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa luta de percepções sobre a matéria e o espírito é uma constante na história das civilizações, conforme Simmel (2006). Segundo ele, a história da cultura da humanidade se baseia na questão da semelhança e da diferença e da conciliação entre esses dois princípios. Simmel também pensa nas polaridades, o indivíduo e seu pertencimento grupal, o nível social e o nível individual, o indivíduo e a massa etc. É a mesma luta, se adotarmos outra perspectiva de análise, que Apolo trava com Dionísio, e vice-versa. A figura mítica de Dionísio inspira Maffesoli a afirmar: “À imagem de Dionísio, deus de múltiplas faces, o orgiasmo é essencialmente plural. [...] O orgiasmo tem acentuado o todo ou a correspondência dos diversos elementos desse todo” (2005, p. 11). Porém, nem todos os fenômenos sociais compartilham dessa natureza prospectiva de que nos fala Maffesoli. Trata-se, ainda, de uma tendência. Estamos numa área de confluência entre os mitos do progresso e o de uma erótica social (Maffesoli).

O trágico cotidiano de que fala Maffesoli, aquele trágico no qual não se encontra uma

solução apaziguadora, tranquila, sintética e pacífica é semelhante ao niilismo em Vattimo e ao trágico sociológico em Simmel. Conforme Vattimo, “o niilismo existe em ato, não se pode fazer um balanço dele, mas pode-se e deve-se procurar compreender em que ponto se encontra, em que nos concerne, a que opções e atitudes nos convoca” (VATTIMO, 1996, p. 3).

REFERÊNCIAS

- COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural**. Cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Introdução à arquetipologia geral. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- DURAND, G. **Campos do imaginário**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- FEYERABEND, P. K. **A conquista da abundância**. São Leopoldo: Unisinos, 2005.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro. DP&A, 1999.
- HUSSERL, E. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Introdução geral à fenomenologia pura. Aparecida, SP: Ideias & Letras: 2006.
- JUNG, C. G. **O eu e o inconsciente**. 20ª ed. Petrópolis (RJ), Vozes, 2007.
- KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos - O declínio do individualismo nas sociedades e massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- MAFFESOLI, M. **O mistério da conjunção**. Ensaio sobre a comunicação, corpo e socialidade. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MAFFESOLI, M. **Pactos emocionais**. Reflexões em torno da moral, da ética e da deontologia. Curitiba: PUCPRESS, 2018.
- MAFFESOLI, Michel. **Notas sobre a pós-modernidade**. O lugar faz o elo. Rio de Janeiro: Atlântica Ed., 2004.
- MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. 2ª ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- MORIN, E. **Cultura de massas no século XX: neurose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.
- NIETZSCHE, F. **A origem da tragédia**. Lisboa: Guimarães Editores, 2002.
- SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. Indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- VATTIMO, G. **O fim da modernidade**. Niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1996.